

E AS MULHERES? UMA PERSPECTIVA FEMINISTA SOBRE A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ARMADOS

WHAT ABOUT WOMEN? A FEMINIST PERSPECTIVE ON ARMED CONFLICT RESOLUTION

Mariana Germana Miquelino Alves de Oliveira¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: marianamiquelino@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0433-2769>.

Recebido em: 10/04/2021 | Aceito em: 27/07/2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

Neste artigo, buscamos entender as implicações das relações de gênero para a resolução de conflitos armados e as possíveis contribuições resultantes da inclusão de mulheres nos processos de paz. À luz das teorias feministas das Relações Internacionais, propomos a hipótese de que não se pode compreender amplamente as dinâmicas de um conflito armado sem considerar a influência das relações de gênero para a sua eclosão e continuidade e, por conseguinte, não se pode implementar medidas de resolução que sejam plenamente eficientes. Mais do que isso, sugerimos que as mulheres sejam parte ativa dos esforços de construção da paz para que esse processo se torne mais representativo e possa responder também às fontes de insegurança feminina.

Palavras-chave: Resolução de conflitos; Construção da paz; Mulheres.

ABSTRACT

In this article, we seek to understand the implications of gender relations for the resolution of armed conflicts and the possible contributions resulting from the inclusion of women in peace processes. In the light of feminist theories of International Relations, we propose the hypothesis that one cannot fully understand the dynamics of armed conflict without considering the influence of gender relations for its outbreak and continuity and, therefore, resolution measures that are fully efficient cannot be implemented. Furthermore, we suggest that for the peace process to become more representative and to respond to sources of female insecurity as well.

Keywords: Conflict resolution; Peace building; Women.



INTRODUÇÃO

Em parte considerável da literatura acerca de conflitos armados, as relações de gênero são desconsideradas como sendo variáveis relevantes para a análise. Quando há alguma reflexão sobre tais aspectos, comumente os trabalhos limitam-se a atribuir a identidade de vítimas às mulheres. De fato, elas representam um dos grupos mais afetados por conflitos armados e é de grande importância que haja investigações nesse sentido. No entanto, para além disso, há de se considerar os múltiplos papéis desempenhados por mulheres durante e após os conflitos armados: elas são combatentes, alvos de tipos de violência de gênero específicos, provedoras e protetoras de suas famílias, (re)construtoras de suas comunidades no cenário pós-conflito (Ellerby, 2013). Ademais, ainda é preciso incrementar as discussões sobre como as noções de feminilidade e masculinidade são basilares para o entendimento e a operacionalização do que constitui um conflito armado e, conseqüentemente, das possíveis soluções a ele apresentadas.

Embora avanços tenham sido feitos nos últimos anos no sentido de ampliar os debates sobre a importância das questões de gênero em diferentes âmbitos de pesquisa e mesmo de formulação de políticas, percebemos que ainda é limitada a ênfase dada à inclusão de mulheres nas negociações de acordos de resolução de conflitos e nas dinâmicas complexas dos processos de paz. Essa marginalização se reflete tanto a nível teórico quanto no campo prático. Ao mesmo tempo em que há uma invisibilização nas pesquisas acadêmicas das mulheres enquanto sujeitas que possuem agência e demandas próprias dentro dos contextos de conflito, também subsistem inúmeras barreiras que tornam o acesso às mesas de negociação e às diferentes atividades de construção da paz bastante restrito às mulheres.

Neste artigo, partimos de uma análise de gênero e mobilizamos as teorias feministas das Relações Internacionais (RI) para propor a problematização das concepções tradicionais do papel das mulheres em conflitos armados e em seus respectivos processos de resolução. Investigamos a hipótese de que a participação ativa das mulheres no processo de paz é fundamental para que as medidas de resolução de conflitos implementadas sejam mais representativas e eficientes a longo prazo. A



primeira seção deste artigo busca demonstrar como o gênero é parte integrante da conceitualização e operacionalização dos conflitos armados. A segunda aborda a relação entre a representatividade das mulheres, a resolução de conflito e a construção da paz.

OS PAPÉIS DE GÊNERO, AS MULHERES E OS CONFLITOS ARMADOS

Antes de falarmos propriamente sobre as implicações do gênero para o estudo e a prática das negociações de paz e dos esforços de reconstrução das sociedades pós-conflito, é importante considerarmos como as concepções de gênero estão em jogo nas dinâmicas de um conflito armado. Ao propormos o uso de lentes de gênero para a investigação de cenários de conflito, comumente deparamo-nos com perguntas do estilo: afinal, por que o gênero é relevante para a análise de um conflito? Outras categorias de análise - como etnia e religião - não seriam mais úteis? Análises consideradas neutras do ponto de vista do gênero não seriam suficientes para a compreensão de um conflito? Nesse sentido, um primeiro passo fundamental é compreender o que as teorias feministas trouxeram de novo para os estudos de conflitos armados em comparação à literatura *mainstream* sobre o tema.

Em linhas gerais, muitas das teorias tradicionais da área assumem que o conflito é parte integrante das relações humanas, podendo assumir expressões violentas ou não (Bercovitch, Kremenyuk e Zartman, 2009). Sob essa perspectiva, diferentes definições são oferecidas para o que configura um conflito, mas, com certa frequência, fala-se da existência de uma incompatibilidade entre interesses, posições, necessidades e/ou valores de dois ou mais atores, sendo estes estatais ou não. Os trabalhos que assumem esse embasamento têm como focos principais a identificação das partes engajadas na luta armada, o entendimento das reivindicações feitas por cada uma delas e a investigação dos eventos que levaram à eclosão e à perpetuação do conflito. Apesar de ter havido uma expansão recente dos estudos da área, o gênero e a subordinação de gênero não foram, de maneira geral, considerados como potenciais causas ou elementos constitutivos dos conflitos armados (Sjoberg, 2013).

Os primeiros trabalhos de teóricas feministas sobre a temática de conflito armado e guerra surgiram dentro das RI no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Cabe pontuar desde logo que não podemos falar da existência de um único feminismo, mas



sim de feminismos que se diferenciam entre si quanto às posições ontológicas, epistemológicas, metodológicas e políticas assumidas (Sjoberg, 2019). Essa pluralidade necessariamente se reflete em diferentes teorizações sobre conflitos. Para o escopo deste artigo, buscaremos construir nossos argumentos com base em ideias comuns a diversas correntes feministas, uma vez que não é nosso objetivo debater com profundidade as diferenças entre elas.

Para as teóricas feministas, “as relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social” (Biroli e Miguel, 2014, p. 8). O gênero é entendido como conjuntos de sentidos e expectativas construídos socialmente e atribuídos às noções de feminilidade e masculinidade. É fundamental perceber que a construção do gênero é dinâmica, variando de acordo com o tempo e o espaço, e se dá de forma relacional, ou seja, não há como descolar a ideia de feminilidade da noção de masculinidade, posto que uma é construída a partir da oposição à outra. Tais concepções não determinam necessariamente como será, na prática, todo e qualquer indivíduo nas diferentes dimensões de sua vida, mas estabelecem um ideal de como homens e mulheres deveriam se portar.

Uma problemática central para os feminismos é a investigação sobre as formas em que gênero e poder estão interconectados. Enloe (2007) argumenta que, para uma análise feminista, não basta identificar os sentidos associados à feminilidade e à masculinidade; é preciso ir além e reconhecer como a relação entre essas noções molda a distribuição e os usos do poder na sociedade. Existe uma desigualdade de poder entre tudo aquilo que é masculinizado e o que é feminilizado: os homens e as características associadas à masculinidade são exaltados em detrimento das mulheres e das características associadas à feminilidade (Sjoberg, 2013). Disso resulta que há uma hierarquização social de gênero que subordina a feminilidade (e, por consequência, as mulheres) à masculinidade (e, por consequência, aos homens). Há uma constante mobilização das concepções de gênero de forma a não só criar como também reforçar os privilégios de acesso ao poder da maioria dos homens e a marginalização da maioria das mulheres dentro da organização da sociedade (Enloe, 2007).



Tal dinâmica de gênero de distribuição de poder perpassa todos os domínios da vivência social, erodindo as fronteiras tradicionalmente percebidas entre a esfera pública e a privada, entre o doméstico e o internacional, entre a política, a economia e a segurança. Os estudos feministas também podem levar em consideração outras estruturas de dominação e opressão existentes, a exemplo das divisões de raça e classe; nestes casos, busca-se compreender como se dá a interação entre o gênero e as demais variáveis de análise quanto às relações de poder na sociedade. Já adiantamos, portanto, a resposta para um dos questionamentos que se apresenta aos estudos feministas sobre conflitos armados: considerar o gênero como parte fundamental da análise não anula a relevância de outros fatores, como etnia e religião, para o entendimento de um conflito; ao contrário, é uma maneira de aprofundar e complementar o nosso conhecimento sobre as dinâmicas dos conflitos armados.

Sob uma perspectiva feminista, não é possível definir de antemão que o gênero é irrelevante para uma determinada análise; é preciso que, primeiro, haja questionamentos nesse sentido (Enloe, 2007). Sendo assim, também oferecemos uma explicação preliminar a indagações acerca da pertinência do gênero para a compreensão de um conflito. Inicialmente, a nossa resposta consiste em outra pergunta: por que poderíamos dizer que o gênero não importa sem, antes, termos feito qualquer investigação quanto a isso? Uma vez que, para os feminismos, o gênero é definido enquanto um sistema simbólico que abarca normas e significados, cabe-nos entender como o gênero é um componente não só da formação das identidades dos indivíduos, mas também da construção de instituições, discursos e práticas da vida social, dentre as quais se incluem os conflitos armados e a guerra. Monte (2013, p. 69) aponta que pesquisas que seguem este viés

estarão interessadas nos movimentos da política internacional que contribuem na construção e manutenção de formas de pensamento marcadas pela dicotomização masculino/feminino e nas normas e instituições que se estruturam a partir dessa dicotomização, servindo de base para a organização da atividade social e modelo para interpretação da realidade, além de guia para comportamentos individuais.

Os feminismos propõem, então, uma nova leitura sobre conflitos armados nas RI, a qual problematiza aspectos dos conflitos que antes eram naturalizados. Abordar o tema por meio de lentes feministas nos permite examinar como o gênero perpassa todas as



dimensões do conflito armado, sendo indispensável para a compreensão aprofundada da sua natureza, das suas causas, consequências e narrativas (Sjoberg, 2019). Isto quer dizer que a própria definição do que constitui um conflito armado é construída por meio da mobilização de símbolos e significados ligados à feminilidade e à masculinidade. Da mesma maneira, a definição dos papéis desempenhados pelos diferentes atores sociais em contexto de conflito armado e as práticas cotidianas da luta armada também se dão por meio de concepções de gênero. Em suma, ao mesmo tempo em que os conflitos armados são concebidos a partir de significados de gênero bem definidos, também acabam por reforçar a hierarquia de gênero já existente na sociedade. Quando estudamos conflitos através de teorias que ignoram as implicações do gênero, todos estes aspectos se perdem na análise.

Considerando os diversos trabalhos sobre a relação entre gênero, conflito e militarismo na sociedade, podemos dizer de forma bastante sintética que os feminismos partem do entendimento de que o conflito armado e a guerra, simultaneamente, reforçam e têm a sua gênese na construção social da noção de masculinidade em torno de ideais patriarcais de agressão, violência, dominação e misoginia (Diiorio, 1992). A imagem que se tem de conflitos armados é construída no masculino: os conflitos seriam declarados, planejados e travados por homens, enquanto as mulheres se limitariam ao espaço doméstico. Welland (2019, p. 130) resgata o argumento de Jean Nethke Elshain (1987) de que, sobretudo no Ocidente, existe uma tradição que associa o homem à guerra e mulher à paz. Assim, em tempos de conflito, os homens desempenhariam o papel do "guerreiro justo", caracterizado pela coragem e pela força, ao passo que as mulheres seriam as "belas almas", definidas pela sua vulnerabilidade e necessidade de proteção (Welland, 2019). Isso não significa, no entanto, que mulheres e homens de fato se limitarão a exercer tais papéis, mas que essa tradição reifica uma definição masculinizada do que é conflito armado e garante que os homens serão vistos como combatentes e as mulheres, como não combatentes (Welland, 2019).

Surgem, portanto, novas preocupações para as pesquisas sobre conflitos que até então não eram levantadas pelas teorias *mainstream*. Sjoberg (2013) argumenta que uma parte fundamental da teorização sobre conflitos a partir de uma perspectiva



feminista é a investigação da forma que os conflitos são experienciados, vividos e sentidos, especialmente por aqueles atores marginalizados tanto na dimensão empírica quanto na dimensão analítica. Uma vez que estas vivências se tornam parte da análise, nota-se que os limites do conflito armado se mostram muito mais imprecisos. O momento do conflito é expandido, isto é, os marcos de início e fim de um conflito são relativizados, pois os seus impactos acabam sendo percebidos e perdurando ao longo de um espaço temporal muito mais amplo do que aquele compreendido entre eventos específicos de início e fim da luta armada (Sjoberg, 2013). Do mesmo modo, constata-se que o conflito armado atinge espaços que raramente são levados em conta na teorização do tema: ele atinge “lares, empregos, relações sociais, nutrição, saúde, relações de gênero, relações sexuais, meio ambiente e muitas outras áreas” (Sjoberg, 2019, p. 64, *tradução nossa*).

A ampliação do escopo da investigação sobre conflitos armados promovida pelas teorias feministas abre espaço para a consideração de duas questões empíricas importantes. Em primeiro lugar, a observação das experiências específicas das mulheres aponta para os papéis plurais e muitas vezes invisibilizados que elas desempenham no contexto do conflito. Elas representam uma parcela significativa das vítimas civis de conflitos armados, mas, para além disso, também são arrimos de família, trabalhadoras, líderes comunitárias, prostitutas, combatentes (Sjoberg, 2019). Muito comumente se ignora o fato de que mulheres podem, elas mesmas, ser perpetradoras de violências e violações de direitos humanos: a essas mulheres lhes são negadas a capacidade de agência e a própria identificação enquanto mulheres a partir de narrativas que as rotulam como desvios dos estereótipos de feminilidade (Welland, 2019). Cabe pontuar que o reconhecimento destes distintos papéis exercidos por mulheres não implica dizer que o viés de gênero dos conflitos armados está se alterando, uma vez que, como argumentamos anteriormente, a construção destes conflitos está enraizada na hierarquia de gênero existente na sociedade, que continua a marginalizar as mulheres e a noção de feminilidade (Sjoberg, 2019).

A segunda questão empírica diz respeito às violências sofridas de forma muito mais contundente e reiterada pelas mulheres do que pelos homens em contextos de conflito.



Com certa frequência, a violência específica de gênero é diretamente associada à violência sexual e ao uso do estupro como arma de guerra. Entretanto, para os feminismos, este conceito é alargado para “[...] tornar visível a relação entre as diferentes formas de violência, como violência física, psicológica e econômica, com a discriminação estrutural e danos simbólicos” (True e Tanyag, 2019, p. 15, *tradução nossa*). Destarte, embora a violência sexual faça parte das fontes de insegurança feminina em conflitos armados, é preciso que reconheçamos também outras formas de violência às quais as mulheres estão sujeitas. Nesse sentido, o deslocamento forçado, a pobreza continuada, a falta de acesso a serviços essenciais de saúde e educação e a negação dos direitos reprodutivos também são formas de violência que devem ser consideradas nas análises (Welland, 2019).

É importante pontuar que tais violências não afetam exclusivamente as mulheres; homens e meninos também são afetados por elas, inclusive pelo estupro. O ponto é que, estruturalmente, as mulheres tendem a ser muito mais atingidas do que os homens mesmo em momentos considerados pacíficos e sobretudo em contextos de conflitos armados. Segundo True e Tanyag (2019), a análise das estatísticas sugere que a mortalidade de mulheres tende a aumentar após o fim formal dos conflitos justamente como resultado das consequências socioeconômicas que se prolongam no tempo. Se por um lado os homens somam as maiores baixas em decorrência direta da luta armada durante o conflito, a mortalidade feminina se mostra tão alta quanto devido aos efeitos de longo prazo do conflito (True e Tanyag, 2019).

Uma vez que a interpretação sobre o conflito armado e sobre as formas de violência é expandida, o entendimento do que é a paz também se amplia. A paz não é definida como uma situação estática que se alcança após a interrupção do enfrentamento armado. Ao contrário, os feminismos propõem que o conceito de paz seja visto enquanto algo dinâmico, que ocorre ao longo de um *continuum*, indo desde a ausência de conflitos armados diretos até a construção de economias inclusivas e não violentas, nas quais os direitos à autonomia e integridade física são amplamente reconhecidos (True e Tanyag, 2019).

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ARMADOS: POR QUE AS MULHERES IMPORTAM?



Ao longo de toda a primeira seção deste artigo, vimos como as concepções de masculinidade e feminilidade estão em jogo em contextos de luta armada, bem como apontamos para as vivências específicas das mulheres em meio a estes cenários: por um lado, há a experiência da marginalização e do apagamento; por outro, existem violências sistemáticas, estruturais, que atingem as mulheres desproporcionalmente. Argumentamos que tais elementos conformam a própria lógica dos conflitos armados e das guerras. Se todas essas reflexões sobre gênero são indispensáveis para a compreensão dos conflitos armados, então também se tornam essenciais para a investigação das possibilidades de resolução desses mesmos conflitos. Nesse sentido, resgatamos a fala de Dr. Theo-Ben Gurirab, então Presidente da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU), na ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher em março de 2000 sobre as contribuições que as mulheres podem trazer para a sociedade: "as mulheres são metade de todas as comunidades. Elas não são, portanto, também metade de todas as soluções?" (United Nations Meetings Coverage and Press Releases, 2000, *tradução nossa*).

Pensar a solução de um conflito não é algo simples: ela pode ser alcançada por meio de distintos processos que envolvem múltiplos atores sociais. É plausível, portanto, entender que a solução de conflitos se define enquanto processo altamente dinâmico e não linear. Desde o final do século XX, sobretudo no contexto do pós Guerra Fria, a tomada de consciência sobre tal complexidade levou a uma preocupação crescente não só com a manutenção da interrupção da violência direta através de acordos de cessar-fogo (dimensão de *peacekeeping*), mas também com esforços de prevenção e reconstrução das sociedades atingidas pelos conflitos (dimensão de *peacebuilding*), cujo objetivo principal é a criação de um cenário de paz estável e sustentável a longo prazo (Mcleod, 2019).

Muito passou-se a discutir nos meios acadêmicos a ideia de transformação de conflitos, em grande medida associada ao conceito de paz positiva proposto por Johan Galtung (1969). Para Galtung (1969), a paz positiva se dá diante da ausência de violência estrutural e está diretamente relacionada à noção de justiça social. A transformação de conflito corresponderia, portanto, à situação na qual as relações conflituosas entre os



atores sociais seriam substituídas ou sobrepostas por laços de cooperação e interdependência (Bercovitch, Kremenyuk e Zartman, 2009).

Embora esses conceitos pareçam abrir caminhos possíveis para um importante diálogo com as perspectivas feministas sobre gênero e os papéis das mulheres no processo de paz, grande parte da literatura sobre o tema continuou adotando o pressuposto da neutralidade de gênero, pressuposto este que garantiu que persistisse uma espécie de cegueira para questões específicas à realidade feminina no contexto dos conflitos e ao longo do processo de paz (McGuinness, 2007). Isso refletiu-se também no campo prático, posto que, em última instância, podemos dizer que as teorias de resolução de conflito são convertidas em políticas de tomada de decisão (Bercovitch, Kremenyuk e Zartman, 2009). McGuinness (2007, p. 67, *tradução nossa*) argumenta que o pressuposto de neutralidade de gênero tem por base “suposições gerais de que os sistemas de resolução de disputas são neutros em relação ao gênero em suas funções e efeitos - inclusive em mecanismos e arranjos que tratam de conflitos não violentos e mais mundanos na esfera doméstica”. É preciso estar alerta para as consequências que suposições como essas trazem para as pesquisas acadêmicas e para políticas efetivamente implementadas em campo: elas podem levar a conclusões equivocadas (ou, pelo menos, incompletas) sobre o que é segurança, sobre as causas de um conflito ou sobre quem são as partes nele envolvidas (McGuinness, 2007; Ellerby, 2013).

É possível constatar que, nas últimas duas décadas, houve certos avanços no que diz respeito à atenção internacional dada ao gênero e à atuação feminina em conflitos armados, sobretudo no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Já mencionamos o discurso de Dr. Theo-Ben Gurirab na AGNU em março de 2000. Em 2009, Ban Ki-moon, o então Secretário Geral da organização, afirmou que:

um crescente corpo de evidências sugere que trazer as mulheres à mesa de paz melhora a qualidade dos acordos alcançados e aumenta as chances de implementação bem-sucedida. As mulheres tendem a colocar as questões de gênero na agenda, definir prioridades diferentes e, possivelmente, reduzir a divisão política de forma mais eficaz. A experiência também sugere que as contribuições das mulheres em situações pós-conflito podem fazer uma diferença crítica para a sobrevivência e reconstrução da comunidade (United Nations Meetings Coverage and Press Releases, 2009).

Em julho de 2010, a AGNU criou a ONU Mulheres, definida como Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, e



estabeleceu como áreas prioritárias de atuação o fim da violência contra mulheres e meninas e a promoção da paz e da segurança. Em 2012, pela primeira vez uma mulher ocupou o posto de chefia das negociações de paz no contexto do conflito Filipinas-Mindanao (Ellerby, 2019). Entretanto, o grande marco para os debates internacionais acerca de gênero e conflitos armados se em 31 de outubro de 2000, data em que o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adotou unanimemente a Resolução 1325 sobre mulheres e segurança.

A Resolução 1325 se tornou paradigmática porque foi a primeira a tratar nomeadamente das implicações específicas e desproporcionais dos conflitos armados para as mulheres e da necessidade de se pensar a inclusão das mulheres nas distintas atividades do processo de paz (Shepherd, 2015). A ela, seguiram-se outras tantas resoluções complementares², cujos objetivos principais são o reforço e a operacionalização dos conteúdos acordados em 2000. Shepherd (2015) destaca que a Resolução 1325 tem grande relevância por fornecer uma base tangível e legal para que as mulheres demandem maior participação e reconhecimento nas negociações de paz e na reconstrução de suas comunidades: segundo a autora, foram esses os casos das mulheres em países como Afeganistão, Burundi, Colômbia, República Democrática do Congo, Iraque e Sudão, as quais recorreram à resolução como maneira de pressionar para que suas vozes fossem ouvidas (Shepherd, 2015).

No texto da Resolução 1325, logo de início reconhece-se que as consequências dos conflitos armados sobre as vidas das mulheres têm impacto para a reconciliação e para a paz duradoura na sociedade e que as mulheres desempenham um papel importante na prevenção e resolução de conflitos e, portanto, devem ter pleno envolvimento e participação igualitária nos esforços de manutenção e promoção da paz (CSNU, 2000, p. 1). Ellerby (2013) identifica quatro dimensões em que a resolução trata da situação das mulheres em cenários de conflito armado, quais sejam: 1) a representação, quando as mulheres são colocadas em posições de tomadoras de decisão dentro de instituições

² Até o momento de escrita deste artigo, eram nove as resoluções complementares, listadas a seguir segundo número de identificação e ano de adoção pelo CSNU: 1820 (2008); 1888 (2009); 1889 (2009); 1960 (2010); 2106 (2013); 2122 (2013); 2242 (2015); 2467 (2019); 2493 (2019).



formais; 2) a incorporação, que se refere a uma maior participação das mulheres nas atividades cotidianas de construção da paz; 3) a proteção, que lida com questões relativas à violência, à discriminação e aos direitos das mulheres; 4) o reconhecimento, que se volta para a consideração das vivências e necessidades das mulheres no processo de formulação de políticas. Em suma, a Resolução 1325 aventa que a presença das mulheres no processo de paz o torna mais inclusivo, representativo e aumenta as chances de realização dos acordos de paz assinados e de se alcançar uma paz duradoura.

Ao aprovar a Resolução 1325, o Conselho de Segurança reconheceu que incluir as mulheres nos conflitos e nos processos de construção da paz não é importante apenas porque é justo, mas sim porque a inclusão das mulheres é necessária para se obter paz e segurança duradouras (Shepherd, 2015, p. 64, *tradução nossa*).

A despeito de ainda existirem poucos estudos acadêmicos que demonstrem empiricamente os impactos para o processo de paz resultantes do debate mais denso sobre questões relativas ao gênero e da inclusão das mulheres, podemos destacar o trabalho de Krause, Krause e Bränfors (2018). Os autores partem de uma metodologia híbrida, que combina uma análise quantitativa à análise qualitativa, para testar a hipótese de que a participação significativa das mulheres nas negociações de paz repercute positivamente sobre a qualidade e a durabilidade da paz (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Além de estudos de casos específicos, os autores reuniram dados estatísticos a partir do *Uppsala Conflict Data Program* e do *Peace Accord Matrix*, dando foco aos acordos de paz que tiveram mulheres como signatárias (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Este enfoque foi escolhido sob o argumento de que podemos presumir que as mulheres signatárias dos acordos participaram diretamente das negociações, com voz e influência de fato ao longo do processo (Krause, Krause e Bränfors, 2018).

Os resultados da análise demonstram que há uma correlação robusta entre a participação dessas mulheres e a qualidade e, conseqüentemente, durabilidade da paz. Os autores elencam fatores que aumentam a probabilidade de instauração de uma paz sustentável, dentre os quais se destacam uma quantidade significativa de disposições no acordo de paz assinado que representem uma agenda de reforma sociopolítica, uma elevada taxa de implementação das disposições do acordo e o amplo apoio social ao processo de paz (Krause, Krause e Bränfors, 2018). O argumento defendido é que esses



três fatores se mostram presentes de forma significativa quando as mulheres são integradas efetivamente às negociações e atuam como signatárias dos acordos de paz (Krause, Krause e Bränfors, 2018).

A partir dos dados reunidos, os autores puderam concluir que os acordos sem a participação de signatárias incluíam mais disposições com respeito à reforma militar e retirada das tropas, enquanto os acordos com signatárias incluíam um máximo de disposições com respeito à reforma política, social e econômica (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Tal diferença quanto ao teor dos acordos de paz pode ser justificada pelo argumento feito por Ellerby (2016) de que a integração das mulheres de forma ativa nas negociações de paz privilegia uma visão de longo prazo sobre os resultados do processo de paz. Como pontuamos na primeira seção deste artigo, os efeitos dos conflitos armados são sentidos pelas mulheres em um espaço de tempo prolongado e, mais do que isso, podemos dizer que as formas de violência de gênero que se agudizam durante o conflito também estão presentes, em alguma medida, em períodos que poderiam ser considerados pacíficos (quando a paz é definida pela ausência da luta armada generalizada). Assim, os processos de paz são vistos pelas mulheres como uma espécie de janela de oportunidade para a promoção de mudanças sociais profundas que levem à ruptura da hierarquia de gênero e da marginalização feminina (Ellerby, 2016). Em outras palavras, as mulheres não desejam simplesmente o retorno às condições de vida pré-conflito; ao contrário, buscam, de maneira ampla, reconstruir a sociedade em bases menos excludentes e violentas.

Ademais, observou-se que acordos assinados por mulheres apresentaram uma taxa de implementação mais alta: dentre as 34 categorias selecionadas de disposições previstas nos acordos de paz (e. g., comprometimento com o cessar-fogo, reforma constitucional, desarmamento, desenvolvimento social e econômico etc.), em 24 delas os acordos com mulheres signatárias mostram uma taxa de implementação mais alta em comparação aos que não contaram com mulheres signatárias (Krause, Krause e Bränfors, 2018). No que se refere às disposições relativas aos direitos das mulheres, as taxas de implementação foram substancialmente mais elevadas quando houve mulheres signatárias (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Ao compararem seis acordos de paz



assinados por mulheres a outros 29 que não contaram com mulheres signatárias, os autores concluem que:

No total, os acordos com mulheres signatárias mostram uma taxa média de implementação de 89,3% em comparação com 76,9% para acordos sem elas. Três quartos de todos os acordos sem uma signatária alcançam uma pontuação de implementação abaixo de 89,3%, enquanto os outros seis acordos pontuam além desse ponto. Além disso, podemos concluir que nenhum acordo com uma mulher signatária ficou paralisado no processo de implementação (Krause, Krause e Bränfors, 2018, p. 18, *tradução nossa*).

No que tange o apoio social dado ao processo de paz, os autores puderam identificar, a partir do estudo de caso de processos de paz bem-sucedidos que contaram com mulheres signatárias (e. g. o caso da Libéria), que as mulheres que participavam das negociações dos acordos colaboraram ativamente e construíram vínculos com grupos femininos da sociedade civil (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Isso teria trazido uma série de impactos positivos para o processo de paz de forma mais ampla. Este canal de comunicação mostrou-se fundamental para que as mulheres da sociedade civil pudessem ter algum tipo de influência sobre o que era negociado; a participação de grupos da sociedade civil em geral não necessariamente permite esse acesso às mulheres, já que a sociedade em si é marcada por uma hierarquia de gênero (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Sendo assim, abriu-se espaço para que os diversos movimentos e redes construídos por mulheres para abordar questões humanitárias, práticas e política e que atuam no nível de base das comunidades fossem ouvidos (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Por sua vez, o fortalecimento dessas redes que conectam as mulheres signatárias e os grupos femininos da sociedade civil possibilita o avanço da construção de conhecimento sobre o processo de paz e a defesa mais contundente da implementação das cláusulas dos acordos no período pós-conflito, sendo este um dos fatores fundamentais para o sucesso do processo de paz e que justificaria as taxas de implementação mais elevadas quando há a participação de mulheres como signatárias, conforme mencionado acima (Krause, Krause e Bränfors, 2018).

Os autores chamam atenção para o fato de que as mulheres não formam um grupo homogêneo e uníssono: na verdade, as mulheres formam uma ampla gama de atores políticos e sociais e apresentam origens e entendimentos diferentes sobre o processo de paz (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Ainda que as mulheres sentadas à mesa de



negociações não tomem, a princípio, um posicionamento claro quanto às questões de gênero implicadas na construção da paz, o diálogo estreito com mulheres da sociedade civil possibilita que as pautas femininas sejam inseridas nas discussões (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Em síntese, “strong and well-informed women networks are crucial for the inclusion of agreement provisions that redress inequality and sociopolitical structures, and for advocacy during the postconflict law-making and implementation period to hold all stakeholders to account” (Krause, Krause e Bränfors, 2018, p. 8).

Apesar dos avanços recentes quanto à inclusão das mulheres nos processos de paz que apontamos anteriormente e dos argumentos que demonstram os benefícios dessa inclusão para a construção da paz, o silenciamento das mulheres e a negligência em relação ao debate de questões relativas ao gênero ainda são flagrantes. Diferentes estudos apontam a persistência desta exclusão, inclusive em termos estatísticos (embora as porcentagens possam variar de acordo com a base de dados escolhida para a realização do trabalho). Krause, Krause e Bränfors (2018) argumentam que entre 1990 e 2014, de 130 acordos de paz, as mulheres assinaram apenas 13 destes acordos em 6 processos de paz diferentes. Segundo os autores, contrariamente ao que se poderia esperar, estes dados mostram que o número de mulheres que assinaram acordos de paz não aumentou desde que a Resolução 1325 foi adotada (Krause, Krause e Bränfors, 2018). Ellerby (2019), ao reunir dados disponibilizados pela ONU Mulheres, aponta que entre 1992 e 2011, apenas 9% dos negociadores e menos de 4% dos signatários nas negociações de paz eram mulheres. Ainda segundo Ellerby (2019), dos 58 processos de paz de guerras civis em curso desde 1990, cerca de 40% não fazem qualquer tipo de menção às mulheres e somente cerca de 10% mencionam mulheres e questões de gênero de forma a realmente tentar refletir os interesses e as reivindicações específicas das mulheres.

O processo de paz comumente é dividido em duas esferas. A esfera formal se refere às negociações oficialmente estabelecidas entre os representantes políticos de Estados e/ou grupos que reivindicam o acesso ou controle do aparato estatal, muitas vezes envolvendo também representantes de instituições internacionais, como a ONU e as suas agências (Shepherd, 2015). Um dos principais objetivos das negociações nesta esfera é a



assinatura de um acordo de paz que vincule juridicamente as partes signatárias. A esfera informal tem lugar inteiramente fora de instituições governamentais ou intergovernamentais formais e envolve a mobilização de organizações não-governamentais (ONGs) ou iniciativas da sociedade civil (Shepherd, 2015).

Muitas pesquisas argumentam que, ao longo de todo o tempo que existiram conflitos armados, existiram (e continuam a existir) mulheres que se organizam para lidar com seus efeitos para a sociedade (Shepherd, 2015; Ellerby, 2019). No entanto, tradicionalmente as mulheres são relegadas à atuação na esfera informal e são postos inúmeros empecilhos ao seu acesso à dimensão formal. “Muitas vezes, essas mulheres locais, que têm conhecimento em primeira mão de um conflito (as partes envolvidas, as questões a serem resolvidas e as complexidades específicas de um determinado local), não são chamadas a participar na negociação de paz” (Ellerby, 2019, p. 324, *tradução nossa*). O acesso às negociações formais é fundamental, uma vez que os acordos de paz assentam as bases para a reconstrução das sociedades pós-conflito e definem quem ganha o quê, onde, quando e como (Ellerby, 2013).

Ellerby (2019) elenca três grandes barreiras à inclusão efetiva das mulheres nos processos de paz que precisam ser abordadas. A barreira conceitual está associada ao estereótipo de gênero que define que as mulheres não são parte dos conflitos armados por atuarem da mesma forma que os homens: além da exclusão das próprias mulheres dos processos de paz, essa barreira leva à desconsideração dos problemas relativos às mulheres das discussões e do acordo final (Ellerby, 2019). A barreira política evidencia a aceção em termos competitivos das demandas de segurança feitas pelas mulheres em relação ao restante do processo de paz, isto é, sob esta perspectiva, atender às demandas específicas das mulheres desviaria recursos e comprometeria as demandas gerais do processo de paz (Ellerby, 2019). Finalmente, a barreira técnica diz respeito aos custos práticos da participação no processo de paz. “Muitas vezes, as maiores restrições para a participação das mulheres nos processos de paz são práticas e logísticas: leva tempo e dinheiro” (Ellerby, 2019, p. 325, *tradução nossa*).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo o artigo mobilizamos lentes feministas de gênero para analisar a construção e a operacionalização dos conflitos armados, bem como as dinâmicas envolvidas nas negociações de paz e nos processos de resolução destes conflitos. Entendemos que, uma vez que conflitos armados não são neutros do ponto de vista do gênero, os processos de paz que buscam solucionar esses conflitos também não podem ser neutros. Argumentamos também que o silenciamento das vozes das mulheres e a omissão quanto aos debates sobre questões relacionadas ao gênero são prejudiciais às iniciativas de resolução de conflito e à construção da paz de forma estável e duradoura.

Na primeira seção, demonstramos como as teorias feministas, as quais, em grande medida, são rechaçadas pelos acadêmicos *mainstream* das Relações Internacionais, podem oferecer uma análise mais abrangente e completa sobre os conflitos armados. Apontamos que estes conflitos são definidos em termos de gênero, por meio da valorização da noção de masculinidade e dos homens em detrimento da concepção de feminilidade e das mulheres. Nesse sentido, procuramos debater como os conflitos armados estão relacionados à hierarquia de gênero que perpassa e define a vivência social e impõe diferentes tipos de violência às mulheres.

Na segunda seção, buscamos mostrar os impactos positivos que a inclusão ativa das mulheres nas negociações de paz pode trazer para o processo de paz como um todo. Para tanto, recorreremos a estudos qualitativos e quantitativos que pudessem informar os nossos argumentos. Em suma, concluímos que, apesar dos inúmeros benefícios advindos de um processo de paz mais representativo e igualitário e dos recentes avanços quanto à conscientização sobre a importância do gênero e das mulheres para esse processo, ainda ocorre em larga escala a marginalização feminina nas iniciativas de resolução de conflitos. Subsistem barreiras conceituais, técnicas e políticas não só dentro da comunidade acadêmica, mas também no campo prático que relegam as mulheres a ocupar um papel coadjuvante, secundário, ainda que elas sejam desproporcionalmente afetadas pelos efeitos dos conflitos e, por consequência, pelos processos de paz.

A partir de tudo que apresentamos, constatamos que ainda faltam iniciativas que garantam, de fato, o maior protagonismo das mulheres ao longo de todas as etapas do



processo de paz. Não basta que lhes seja oferecido um único lugar à mesa de negociações se as suas vozes não forem efetivamente ouvidas e se suas demandas não forem consideradas como parte legítima e fundamental das dinâmicas dos conflitos. Em nota de conclusão, retomamos as palavras de McGuinness (2007, p. 66, *tradução nossa*):

Um processo eficaz começa com a compreensão do papel do gênero nas causas do conflito armado e leva em consideração as maneiras pelas quais o conflito específico afetou as mulheres. Um processo eficaz também deve compreender e superar as premissas de gênero subjacentes ao desenho dos sistemas de resolução de disputas pós-conflito e trabalhar para uma maior inclusão das mulheres nos mecanismos formais e informais. Finalmente, os termos de um acordo de paz efetivo devem incluir a participação política significativa para as mulheres, a construção de um estado de direito pós-conflito que leve em conta o gênero, a responsabilização legal por crimes contra as mulheres, processos de reconciliação que forneçam um meio para incluir a experiência das mulheres nas histórias de conflito e um papel para as mulheres na construção da comunidade pós-conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bercovitch, J.; Kremenyuk, V.; Zartman, I. (2009). 'Introduction: The Nature of Conflict and Conflict Resolution', In: _____. *The SAGE Handbook of Conflict Resolution*. [S.l.]: Sage Publications, p. 1-11.
- Biroli, F.; Miguel, L. (2014). 'Introdução', In: _____. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, p. 7-16.
- Conselho De Segurança da ONU (CSNU). (2000). *Resolução 1325*. Index: S/RES/1325 (2000), 31 de outubro. Disponível em: https://www.un.org/ruleoflaw/files/res_1325e.pdf. [Acesso em: 25 Out. 2020].
- Diiorio, J. A. (1992). 'Feminism and war: theoretical issues and debates', *Reference Services Review*, 20(2), p. 51-68.
- Ellerby, K. (2013). '(En)gendered Security? The Complexities of Women's Inclusion in Peace Processes', *International Interactions*, 39(4), p. 435-460.
- Ellerby, K. (2016). 'A seat at the table is not enough: understanding women's substantive representation in peace processes', *Peacebuilding*, 4(2), p. 1-15.
- _____. (2019). 'Peace processes and women's inclusion', In: Gentry, C. E.; Shepherd, L. J.; Sjoberg, L. (Eds.). *Routledge Handbook of Gender and Security*. New York-London: Routledge, p. 323-333.



- Enloe, C. (2007). 'Feminism', In: Griffiths, M. (Ed.). *International Relations Theory for the 21st Century*. New York-London: Routledge.
- Galtung, J. (1969). 'Violence, peace and peace research', *Journal of Peace Research*, 6(3), p. 167-191.
- Krause, J.; Krause, W.; Bränfors, P. (2018). 'Women's Participation in Peace Negotiations and the Durability of Peace', *International Interactions*, 44(6), p. 1-32.
- Mcguinness, M. (2007). 'Women as architects of peace: gender and the resolution of armed conflict', *Michigan State Journal of International Law*, Vol. 15, p. 65-85.
- Mcleod, L. (2019). 'Gender and post-conflict reconstruction', In: Gentry, C. E.; Shepherd, L. J.; Sjoberg, L. (Eds.). *Routledge Handbook of Gender and Security*. New York-London: Routledge, p. 346-358.
- Monte, I. X. (2013). 'O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais', *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1), p. 59-80.
- Shepherd, C. (2015). 'The Role of Women in International Conflict Resolution', *Hamline University's School of Law's Journal of Public Law and Policy*, 36(2), p. 53-67.
- Sjoberg, L. (2013). *Gendering global conflict: toward a feminist theory of war*. Nova York: Columbia University Press.
- _____. (2019). 'Gender, feminism and war theorizing', In: Gentry, C. E.; Shepherd, L. J.; Sjoberg, L. (Eds.). *Routledge Handbook of Gender and Security*. New York-London: Routledge, p. 59-69.
- True, J.; Tanyag, M. (2019). 'Violence against women/Violence in the world: toward a feminist conceptualization of global violence', In: Gentry, C. E.; Shepherd, L. J.; Sjoberg, L. (Eds.). *Routledge Handbook of Gender and Security*. Routledge: Londres, Nova York, p. 15-26.
- United Nations Meetings Coverage and Press Releases. (2000). *General Assembly President, in message, says International Women's day symbolic acknowledgment of women's vast contributions to society*. Nova York. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2000/20000307.gasm157.doc.html>>. [Acesso em: 25 Out. 2020].



- _____. (2009). *Secretary-General Says Security Council Resolution 1325 Was 'Milestone' on Issue of Women's Role in Peace and Security*. Nova York. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2009/sgsm12517.doc.htm>>. [Acesso em: 25 Out. 2020].
- Welland, J. (2019). 'Gender and War', In: Gentry, C. E.; Shepherd, L. J.; Sjoberg, L. (Eds.). *Routledge Handbook of Gender and Security*. New York-London: Routledge, p. 129-139.

